

O que a licitante vencedora está a fazer é violar o direito dos futuros funcionários terceirizados para conseguir obter um menor valor de seu preço, vencendo ilicitamente a concorrência. A essa prática se dá o nome de *dumping social*.

O *dumping social* é caracterizado pela adoção de práticas que objetivam a redução dos custos de produção e que implicam no descumprimento reiterado de direitos sociais do trabalhador.

Atualmente, como sabido, os trabalhadores que prestam seus valiosos serviços em prol deste Tribunal são representados pela ora Recorrente e são integrantes da categoria profissional dos trabalhadores em asseio, conservação, higienização, desinsetização, portaria e vigia.

Garantias relevantes conquistadas pelos trabalhadores do setor tais como os pisos salariais diferenciados por função, adicionais por acúmulo de funções, auxílio alimentação, dentre outros estão ameaçados em razão da possibilidade de aplicação de convenções e acordos coletivos diversos daqueles inerentes à categoria profissional abrangida pelo contrato.

O Edital requer a cotação de serviço de prestação de serviços, continuados (12 meses), de limpeza, conservação, copeiragem e apoio operacional e o licitante apresentou valor que considera o piso salarial de trabalhadores temporários. Ora, não foi então cotado o objeto do Edital, de tal forma que foi violado o seu **subitem 5.3**:

5.3. Serão desclassificadas as propostas que contenham cotação de objeto diverso do requerido nesta licitação, que sejam omissas ou que apresentem irregularidades e defeitos capazes de dificultar o julgamento.

Já o subitem 6.9.1 determina que para o preenchimento da planilha de preços, as empresas interessadas deverão observar rigorosamente, para fins de composição de insumos, as obrigações constantes nas CCTs da categoria, indicando o sindicato que rege a categoria profissional que executará os serviços. Já que a Administração não deseja contratar, por esse certame, *assessores, pesquisadores, peritos, autônomos, prestadores de serviços de recursos humanos e trabalhadores temporários* e já que a licitante vencedora não é sociedade empresária do ramo de *assessores, pesquisadores, peritos, autônomos, prestadores de serviços de recursos humanos e trabalhadores temporários*, logo se vê que o **subitem 6.9.1** também foi violado.



6.9. Para preenchimento da planilha de preços, as empresas interessadas deverão: 6.9.1. Observar rigorosamente para fins de composição dos insumos, as obrigações constantes nas Convenções Coletivas de Trabalho da categoria, bem como a legislação aplicável no que concerne a composição dos valores de vale-transporte e demais benefícios, indicando quais são os sindicatos ou quais acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas regem as categorias profissionais que executarão os serviços, bem como as respectivas datas-bases e vigências, com base no Código Brasileiro de Ocupações (CBO).

Tem-se então que a proposta da licitante vencedora não está de acordo com as condições previstas nesse edital (cotação do objeto do edital – 5.3; utilização de sindicato correspondente à categoria dos funcionários que executarão o objeto do contrato – 6.9.1) de forma que deve ser desclassificada a sua proposta, por força do subitem 9.4.1.:

9.4. Serão desclassificadas as propostas:

9.4.1. Que não estiverem de acordo com as condições previstas neste edital;

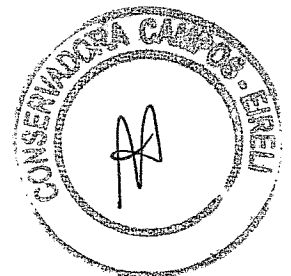
Percebe-se ainda, pelos motivos já expostos, que a licitante vencedora deve ser desclassificada também com base no subitem 9.4.2., cuja redação é a seguinte:

9.4. Serão desclassificadas as propostas:

[...]

9.4.2. Que contenham cotação de objeto diverso do requerido nesta licitação, que sejam omissas ou que apresentem irregularidades e defeitos capazes de dificultar o julgamento;

Data maxima venia, a licitante Recorrida se valeu de artimanha-singela que não pode passar *in albis*. Deixará essa Administração, justo esse Egrégio Tribunal do Regional do Trabalho que um licitante escolha de forma totalmente livre, desvinculada, a seu talante, um piso salarial qualquer, somente por ser o mais baixo? Essa Corte, guardiã dos direitos trabalhistas, permitira que um particular viole ao mesmo tempo a CLT e todo o regimento jurídico das licitações? Não poder ser.



Há que ser observado ainda que a licitante vencedora SEAC/MG (Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Minas Gerais) de 26 de maio de 2003 até o dia 22 de julho de 2020. Em 22 de julho a licitante Recorrida enviou carta pedindo sua desfiliação do SEAC/MG. Em paralelo, têm-se que a licitação em tela teve seu Edital publicado em outro de 2019, tendo sido adiado o seu processamento por duas vezes. O Edital, em seu subitem 5.1.4 deixa claro que as propostas devem ser apresentadas com base nos custos do exercício financeiro de 2019, notadamente quanto aos instrumentos coletivos de trabalho. Ou seja: a licitante Recorrida se valeu do subterfúgio de alterar sua filiação sindical durante o curso do procedimento, o que, além de violar todos os dispositivos antes citados, acaba por violar mais essa outra norma:

5.1.4. As propostas dos licitantes deverão ser apresentadas tendo por base os custos referentes ao exercício financeiro de 2019, notadamente quanto aos instrumentos coletivos de trabalho.


Vale ainda apontar que numa tentativa pífia de tentar fazer valer utilização da CCT SINTAPPI/MG x SINSERTHT/MG a licitante Recorrida alterou seu contrato social em maio de 2020, para inserir "recursos humanos" em suas atividades econômicas, como se essa simples alteração documental tivesse o condão de alterar a realidade de sua atividade econômica.

Assim, por todo o exposto, requer-se a desclassificação da **Santa Fé Serviços Eireli**, prosseguindo esse certame nos termos da lei.

A Recorrente aduz desde já que, caso não seja desclassificada a **Santa Fé Serviços Eireli**, tomará todas medidas legais cabíveis diante do Tribunal de Contas da União, no intento de suspender e quiza anular o certame.

Termos nos quais, pede deferimento,

Belo Horizonte, 20 de agosto de 2020


Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli.
Maria Aparecida Freire de Medeiros.
Representante Legal.
C. I. N°. MG - 1.778.270/SSPMG.

01.723.789/0001-77
CONSERVADORA CAMPOS E
SERVIÇOS GERAIS EIRELI
Rua Magnólia, 931
B. Pedro II CEP: 30.770-020
[BELO HORIZONTE - MG]